

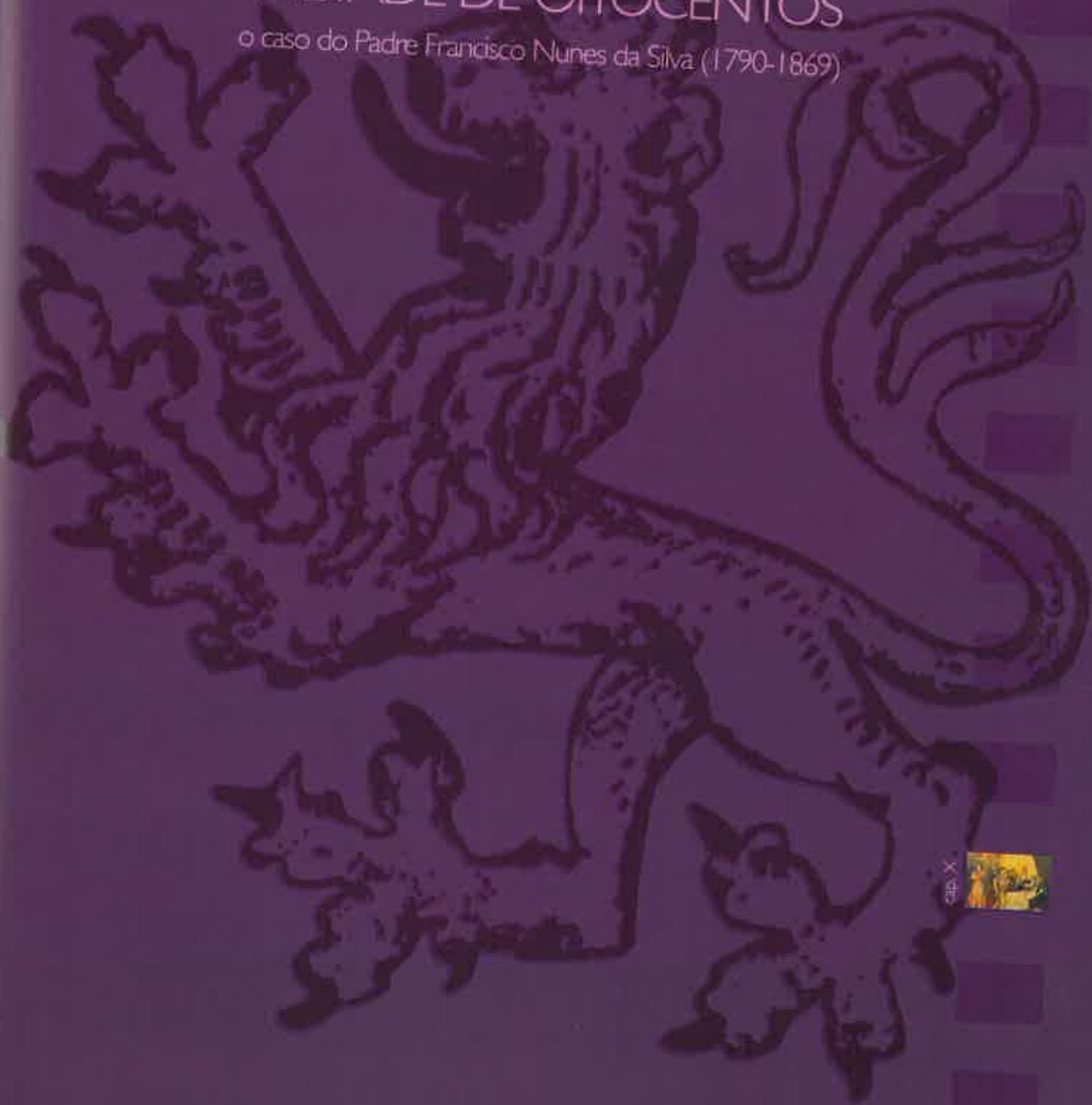
de

SANT'AREM



QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO  
RELIGIOSA NA SEGUNDA  
METADE DE OTOCENTOS

o caso do Padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869)



X  
2011



# QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RELIGIOSA

João Carlos Brigola\*



Busto do Padre Francisco Nunes da Silva  
Eusélio F. Júnior  
1919  
Santarém, Largo Francisco Nunes da Silva

O caso da veneração do operariado de Santarém ao Padre Francisco Nunes da Silva parece sublinhar exemplarmente a análise de Lucien Goldmann: "(...) acontece que os indivíduos excepcionais exprimem melhor e de uma forma mais precisa a consciência colectiva do que os outros membros do grupo o que, em consequência, obriga a rever a maneira tradicional dos historiadores colocarem o problema das relações entre o indivíduo e a sociedade"<sup>1</sup>.

A excepcionalidade desta figura eclesiástica começa a desenhar-se quando damos conta de que, contrariamente ao suposto por muitos, o Padre 'Chiquito'<sup>2</sup>, morrendo em 1869, não é contemporâneo nem do movimento socialista organizado, nem do movimento social católico. Com efeito, a fundação do Partido Socialista Português data de 10 de Janeiro de 1875 e o lançamento do primeiro Círculo Católico de Operários faz-se no Porto em 9 de Junho de 1898.

Reforçaremos ainda esta excepcionalidade se recordarmos que a primeira encíclica papal a reconhecer a grave existência de uma 'questão social' e não já apenas de uma 'questão moral' é a *Rerum Novarum*, publicada por Leão XIII, em 15 de Maio de 1891. Culminando décadas de debates internos e escandalizando sectores importantes da Igreja, a encíclica leonina reconhece e descreve a miséria operária e insiste na sua rápida resolução: "os pobres encontram-se numa situação de infortúnio e de miséria merecida".

Ora, o problema que temos em mãos é este: mesmo que interpretemos o *Testamento* do Padre Chiquito - já preocupado com a miséria merecida do pobre operário - como o corolário lógico da vida de um Padre de formação humanística, fica por explicar a leitura posterior que dele se fez, ou seja, gesto de matiz 'socialista', alimento fundador e mitificador do nascente movimento operário de Santarém. Dito de outro modo: que complexo de factores explicará o estranho fenómeno de um pároco oitocentista eleito patrono do operariado de uma cidade, cuja Imprensa reflecte um incontido anti-clericalismo maçónico?<sup>3</sup>

Francisco Nunes da Silva nasce em 1790, em S. João Evangelista do Alfange, uma das treze freguesias da Vila de Santarém, filho legítimo de Ventura da Silva, oficial sapateiro, e de Rita Joaquina ocupada no governo de sua casa, dos quais se ignora a naturalidade. Sabemos, pelo seu Testamento, que teve três irmãos seguindo a vida conventual e à data já falecidas<sup>4</sup>.

Não nos foi possível documentar a passagem do jovem estudante pelo Seminário de Santarém, já que o Arquivo da Secretaria se terá perdido para sempre, durante os atribulados anos das guerras liberais, estando o Seminário fechado por imposição do governo, entre 1834 e 1853<sup>5</sup>. O Seminário Patriarcal de Santarém foi o primeiro estabelecimento de ensino eclesiástico do país, estabelecido por Carta Régia de 20 de Janeiro de 1780, dada em Salvaterra de Magos pela Rainha D. Maria I. Tomou o título de Real Colégio da Invocação de Nossa Senhora da Conceição e teve como primeiro Reitor o Cônego José Caetano de Mesquita e Quadros e como Vice-Reitor o Dr.

\*Departamento de História da Universidade de Évora

Página anterior  
A morte do Justo  
Francisco José Nascimento Menna  
920mm x 650mm  
Santarém, Biblioteca Municipal, nº 5350

Bento José de Sousa Farinha, o qual como Reformador do Príncipe D. João fez aplicar no Colégio os Novos Estatutos, com todas as aulas a partir de 1796<sup>6</sup>.

Devido à ausência de estudos secundários oficiais (cuja instituição teria que aguardar a segunda metade do século seguinte), o Colégio funcionava também em regime de externato para os Porcionistas, alunos laicos, e em regime de internato para os Colegiais, que seguiriam a vida eclesiástica. Pelo seu carácter de pioneirismo, pela estrutura curricular de Seminário Maior (onde o estudante entrava a fazer os estudos preparatórios secundários e saía clérigo secular), pelo número de alunos que movimentava (107 internos no 1º ano de funcionamento, não contando com os externos em número variável), pela animação cultural da região (Santarém chega a ser apelidada de Segunda Atenas), o Real Colégio de Santarém terá sido uma instituição prestigiada e respeitada nos primeiros anos do seu funcionamento.

Pela leitura da *Resenha dos Mestres* reconhecemos alguns nomes sonantes da religião, da ciência e da política do tempo<sup>7</sup>. Destes se destaca, pela posterior projecção nacional, a figura de Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833), docente de Humanidades, oficial das tropas napoleónicas, liberal emigrado, amigo íntimo de D. Pedro IV, viria a ocupar altos cargos públicos. Será abusivo estabelecer uma relação unívoca entre este ambiente cultural e científico que rodeou o jovem colegial e a matriz humanística das suas ideias?

Terá sido no Seminário, dos primeiros anos do século XIX, no contacto com colegas e mestres, que terá adquirido o comprovado gosto pela leitura<sup>8</sup> e a abertura intelectual e afectiva aos novos fenómenos sociais ou, mais tarde, no confronto Absolutismo-Liberalismo? Não o sabemos, até porque o mundo das ideias adquire uma relativa autonomia face às condições objectivas que rodeiam os sujeitos. Apenas podemos sublinhar a desinquietação que o miguelismo, dos anos 1829-1834, trouxe à Vila, a toda a sua população e ao seu Clero, em particular<sup>9</sup>. Desinquietação ideológica e política -em clima de guerra civil- que situou consciências, radicalizou doutrinas, acicatou cobardias e fortaleceu coragens.

A ser verdade o testemunho do *Jornal de Santarém*<sup>10</sup>, o Padre Nunes da Silva terá escolhido, nesse confronto, o partido da coragem: "A Igreja de Marvila tem um magnífico painel que lhe foi oferecido por D. Miguel, tendo pregado, na festa da entrega, o Padre Chiquito, sermão que, segundo nota sua, lhe deu grandes desgostos por não elogiar o tirano". Deixamos registada esta versão novecentista de um Padre Chiquito liberal, muito embora nos seja difícil comprová-la com fontes coevas, até porque das 'notas pessoais', referidas pelo jornal, não nos foi possível achar rasto.

Finda a Guerra Civil (1832-1834), vamos encontrá-lo ligado à Freguesia de S. Julião do Pereiro, mas não ainda Prior. Pelos finais do ano de 1834, e durante vários meses do ano seguinte, assume as funções de Prior Encomendado, por impedimento do Prior Efectivo Padre Manuel José Esteves de Campos<sup>11</sup>. Só em 1844, após a morte deste, assume Nunes da Silva o cargo de Prior da Freguesia<sup>12</sup>.

Em 1851, por provisão do Cardeal Patriarca D. Guilherme, as treze freguesias ficam reduzidas a quatro: Marvila, Salvador, S. Nicolau e St<sup>a</sup> Iria da Ribeira<sup>13</sup>. No ano seguinte, são dados por encerrados os Livros da Freguesia, ficando englobados em Marvila os paroquianos das freguesias de S. Julião, S. Estevão, S. Martinho, Santiago e Alcáçova, o que a transformou na mais importante paróquia do burgo.

Extinta a freguesia de que era Prior, continuou o Padre Chiquito a prestar assistência religiosa às duas Igrejas do Bairro do Pereiro, S. Julião e S. Lourenço<sup>14</sup>. Pelas palavras que deixou escritas no *Testamento*, poderemos até deduzir que o terá feito até

ao fim da vida: "Deixo (...) ao Santo Hospital tudo que se estiver devendo, ou prove-nha de empréstimos, rendas ou foros, tanto da minha casa, como das minhas Igrejas".

Em 1854, constituiu-se na Vila o Monte-Pio Artístico N.ª S.ª da Conceição. Da primeira Direcção não consta o nome de Francisco Nunes da Silva e ignoramos se alguma vez terá sido seu dirigente<sup>15</sup>. Apenas podemos comprovar que esta Associação lhe era muito querida e que dela era sócio: "Deixo ao Monte-Pio N.ª S.ª da Conceição, a que tenho a honra de pertencer, quatro acções do Banco de Portugal".

Faz *Testamento* em Novembro de 1867 e morre em 13 de Janeiro de 1869, na casa que habitava na Rua Direita, freguesia de Marvila, sendo sepultado no Cemitério Público dos Capuchos<sup>16</sup>.

A criação de um Montepio, em 1854 -o primeiro em todo o Distrito de Santarém- não deixou indiferente o Padre Chiquito. A adesão à organização e, naturalmente, aos seus princípios, foi ao ponto de, não só lhe doar avultada quantia, mas também deixar à sua Direcção a execução testamentária. Por isso mesmo, da explicitação dos princípios orientadores deste Mutualismo poderá resultar uma melhor compreensão dos parâmetros doutrinários e dos valores sociais que informaram o pensamento e a acção do nosso Presbítero secular.

As primeiras associações mutualistas adoptaram uma invocação religiosa, através de nomes de santos a cujo patrocínio se acolhem, mas já sem o menor carácter religioso<sup>17</sup>. Se exceptuarmos o nome de N.ª S.ª da Conceição (que aliás se perde para a designação corrente de Montepio Artístico) e a imagem da Virgem reproduzida nas primeiras páginas dos *Estatutos da Sociedade*, poderemos estar em presença de mais um caso de "implícita profanização ou secularização da vida social"<sup>18</sup>.

A Direcção, maioritariamente operária (por obrigação estatutária)<sup>19</sup>, em significativo requerimento dirigido ao Rei, argumenta: "Esta criação é um resultado da Filosofia prática deste século; é um fructo da civilização promovida pelos Governos livres; e é um contraste admirável, que o espírito d'associação tem buscado oppor ao pauperismo e à miséria das classes inferiores da Sociedade, quando aos indivíduos faltam as forças, ou se acham impossibilitados de trabalhar; é a charidade regulada e posta em acção como dever civil"<sup>20</sup>.

Onde faltava a Igreja e o Estado Liberal, surgia a grande ideia do Mutualismo profano e laico, incorporação das crescentes aspirações das massas operárias visando a instituição de um programa de protecção, de justiça e de reforma social<sup>21</sup>. Esta 'militância social' não pode ser confundida com o pensamento social então dominante no catolicismo pré-leonino, já que este se movimentava "sob o signo da caridade, no âmbito de uma religião estabelecida nas instituições e fixada como ideologia (...) alimentada pela crença na fatalidade da miséria e na inalterabilidade das leis económicas"<sup>22</sup>.

O Montepio Artístico viria a criar raízes no burgo - em 1876 contava já com 200 sócios - existindo nesta data mais três associações: o Montepio de Santarém, com 150 sócios; o Montepio de N.ª S.ª da Ribeira, com 100 sócios; o Montepio de N.ª S.ª do Carmo, com 160 sócios. No resto do Distrito encontravam-se constituídas mais sete associações distribuídas por Abrantes: (com o maior número - 690); Alpiarça; Chamusca; Salvaterra; Tomar (com dois montepios) e Torres Novas<sup>23</sup>.

O surto do movimento associativo parece ligar-se a outros fenómenos seus contemporâneos: crescimento urbano, construções ferroviárias, divulgação crescente da Imprensa, maior difusão das ideias e, acima de tudo, os melhoramentos materiais fon-tistas que originaram o crescimento operário e o surgir de novas profissões assalariadas



representando os temas "Vestir os nus",  
resos e libertar os cativos" e "Dar de  
beber a quem tem sede"  
Autor anónimo  
Finais do século XVIII  
Sala do Definitório da Santa Casa da  
Misericórdia de Santarém



"Descida da cruz" (reprodução)  
Gustavo Durer  
Século XVI  
Santarém, Biblioteca Municipal

nos grandes centros urbanos<sup>24</sup>. Se associarmos a adesão pública do Padre Chiquito ao ideal mutualista com as disposições testamentárias, a favor da depauperada classe artística, teremos menor dificuldade em entender a suposta contaminação socialista dos seus ideais, conforme lhe virá a ser atribuído pelo movimento operário de finais de século.

O *Testamento* ocupa largamente o imaginário que de Nunes da Silva se foi construindo. Em 12 de Novembro de 1867, escreveu-o na sua forma mais divulgada, que é o Testamento cerrado<sup>25</sup>, mas só no Natal de 1868 haveria de torná-lo público, na presença de tabelião e testemunhas. Nesta versão introduz algumas alterações, nomeadamente a que faz da Direcção do Montepio executante das disposições e a que modifica a nomeação do testamenteiro<sup>26</sup>. Começa por se considerar bom e obediente católico e nessa conformidade diz esperar a salvação. Encarrega a Irmandade dos Clérigos Pobres, a que pertencia, do seu enterro, assim como do cumprimento de dizer as missas que estivessem por 'derrisar' no Livro da Irmandade. Os parágrafos seguintes fazem o inventário de todos os seus bens, e é aqui que surge a surpresa: como foi possível a um Pároco de origens tão humildes, que só chega ao priorado aos cinquenta e quatro anos, amealhar tão considerável fortuna: uma horta; um casal; várias courelas; imensas casas de habitação; um quintal; domínios directos, com rendas, espalhados um pouco por todo o Concelho; 'pavilhão muito rico para sacrário'; empréstimos, rendas e foros das



Painel de azulejos representando a "Piedade"  
1ª metade do século XVIII  
Santarém, Sala dos Azulejos dos Paços do  
Concelho

Igrejas; papéis de crédito (acções do Banco de Portugal, da Companhia das Lezírias e da Companhia de Fiacção e Tecidos), etc...

Estamos em crer, e essa é também a tradição oral, que estes bens têm origem em doações e em testamentos de proprietários que, desse modo, testemunhavam ao bondoso Padre quanto nele confiavam para a boa gestão material e espiritual dos seus bens terrenos<sup>27</sup>. Depois de pedir ao testamenteiro que, com o produto de venda de uma das propriedades rústicas, lhe mande fazer um mausoléu, passa àquela que é justamente considerada a atitude de maior significado e repercussão sociais: "Intendo que todo o homem nas minhas circunstâncias, isto é, com alguns bens, e sem herdeiros obrigados, deve lembrar-se de melhorar a sorte dos pobres, o que faço da maneira seguinte: deixo (...) a todo o Homem Oficial (ofício mecânico) desta Vila, que completar 65 anos, que juntar atestado de pobreza, bom comportamento e assiduidade ao trabalho, enquanto poudé, passado pelo seu Reverendo Pároco respectivo, se abonarão da minha fazenda doze vinténs diários, enquanto viver" e acrescenta que se sobrasse algum dinheiro seria aplicado "no Asylo que está em projecto para esta vila" <sup>28</sup>.

O primeiro legatário foi o sapateiro Francisco António Tarouco que recebeu a primeira mesada apenas em Janeiro de 1883, já que a habilitação à herança do Pde. Francisco Nunes da Silva se arrastou nos tribunais durante alguns anos. A decisão de atribuir a herança ao Azylo só foi publicada em 26 de Agosto de 1878, por sentença judicial do Tribunal de Santarém. O atraso na atribuição das pensões também se ficou a dever ao arrastamento dos conflitos com o Estado que exigia o pagamento da contribuição de registo<sup>29</sup>.

Entre esta data e os nossos dias, contam-se por várias centenas o número de operários contemplados com o legado, distribuídos por quarenta ofícios diferentes<sup>30</sup>. Muitas destas profissões encontram-se hoje em vias de extinção ou mesmo já inexistentes, como são exemplo as de: albardeiro, segeiro, odreiro ou esparteiro. Os oficiais mais representados são os pedreiros, os carpinteiros, os sapateiros, os serralheiros e os pintores. Não tem sido pacífica a atribuição das pensões ao longo destes mais de cem anos. Contámos mais de vinte indeferimentos a pedidos, mas o número real é muito superior já que, a partir da década de setenta, se tomou como critério apenas registar os operários com processos já diferidos pela Direcção. Na base deste fenómeno, está em grande parte a dificuldade de interpretação do conceito de 'oficial mecânico'. Mas também porque alguns legatários fizeram ouvir a sua voz de descontentamento pelos critérios de atribuição das pensões, chegando a funcionar uma comissão consultiva de dois operários<sup>31</sup>.

E este é um mundo que, significativamente, sobrevive. O mundo do operário-artesão, 'filho' do mesteiral medieval, o mundo da pequena oficina que não foi tragada pela fábrica industrial, da divisão do trabalho que não fragmentou especializações, o mundo algo altivo e aristocrático do artista mecânico, o mundo das raízes rurais que se não perderam, mas que adquiriram traços urbanos, o mundo dos valores e de uma cultura muito próprios: as associações de cultura e recreio, os grupos dramáticos, as bibliotecas, as palestras e os cursos nocturnos, os jornais, as filarmónicas e seus estandartes, os passeios ao campo e o excursionismo popular, etc. É, de todo o modo, a sobrevivência de esquemas mentais que se não coadunam com a solidariedade social dos Estados modernos.

Há, contudo, em tudo isto uma dimensão cristã a não menosprezar. Dimensão que, seguramente, informou a afectividade social do Prior de S. Julião. Isso mesmo o presente, em expressões modelares, um velho operário dos nossos dias: "(...) a mensagem deixada pelo Padre Chiquito é sem dúvida uma mensagem cristã, pois, já nessa altura, ele 'descobriu' que só há uma maneira de descobrir Deus: defendendo e protegendo os operários, força produtiva em qualquer país, mas homens oprimidos por uma

sociedade injusta. (...) E o Padre Chiquito não esqueceu tudo isso (...) visto ser filho de um modesto 'oficial' de sapateiro"<sup>32</sup>. E aqui chegados somos tentados a lembrar a expressão de Max Weber - "o catolicismo é uma religião de artesãos"<sup>33</sup>.

*Cópia do Testamento cerrado pertencente ao Reverendo Francisco Nunes da Silva, datado de 12 de Novembro de 1867*

"1 - Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus Verdadeiro, declaro que sou Cristão Católico, Apostólico, romano, creio em tudo que Deus disse pela sua sagrada boca, que, ensina, e manda cre a Santa Madre Igreja romana, nesta fé tenho vivido, e espero viver até à morte; espero salvar-me pelos merecimentos de N. S. Jesus Cristo; e para o que muito espero de Maria Santíssima, do Anjo da minha guarda, do Santo do meu nome e de toda a Corte Celestial.

2 - Rogo por Caridade à minha Respeitável Irmandade dos Clérigos pobres se encarregue do meu enterro, entendendo-se com o meu testamenteiro que de certo a auxiliará quanto couber em suas forças, peço ao Irmão Mordomo por muito favor mande dizer as missas que estiverem por derrisar no livro da Irmandade, de esmola de 160 réis, e mais 60 missas de esmola de 200 réis, pela minha alma, de meu Pai, de minha Mãe e das minhas 3 Irmãs religiosas, que vem a ser 10 por cada uma.

3 - Os bens de que vou dispor são os seguintes: 1. Horta Nova em Azinhaga 2. Casal do Pinheiro Seco 3. sete courelas no Campo do Rocio 4. Casas da minha habitação 5. Outra casas que confinam com estas pela Rua Direita 6. Outras que confinam pela Rua das Linheiras 7. Casas na Rua Direita quase defronte do Beco do Falejo 8. Casas que confrontam com a Misericórdia 9. Casas na Rua do Conde, defronte do Patriarca 10. Casas no adro do Salvador defronte das escadas 11. Casas no mesmo adro no fim da travessa estreita 12. Quintal em Alcáçova defronte da Ermida de S. Miguel.

4 - Domínios directos são os seguintes: 1. Francisco Duarte em Alcabacinha paga 4800 2. Ursula Maria em Achete 500 reis 3. Joaquim José Coitinho em Alpiarça 10\$000 4. Inácia do Patrocínio Vieira em Alpiarça 10\$000 5. Domingos Belo em Azoia 35\$000 6. Joaquim Ribeiro Verdades no Cartaxo 9\$600 7. Manuel Batista nas Correias 7\$000 8. Duque do Cadaval 19\$200 9. António Marques Gamela a Santa Clara 3\$600 10. Joaquim Antunes na Ribeira 1\$200 11. José de Mesquita pelo Parrou 11\$000 12. Francisco de Freitas de Macedo 6\$000 13. Lino Ferrador 5\$500 14. Herdeiro do Cabeça a S. Lázaro 12 \$000 15. Maria José Lobato 12 alqueires de cevada e 1 l azeite 16. Capitão Marecos 8 moios de milho 17. José Maria de Melo 6\$050 18. Brigadeiro Avila 4 alqueires de milho 19. José de Figueiredo Lonheiro 25 de milho 20. D. Maria Cândida Leite 12 de milho 21. Manuel Duarte Saramago no Verdelho 3\$000 22. Os três filhos do Rabuje no Verdelho pagam 34\$400 23. José Teodósio do Verdelho 3\$600 24. Ricardo Ferreira em S. Vicente do Paúl pelo Casal das Lamas 10\$000.

5 - Deixo ao Santíssimo da minha Freguesia um pavilhão para o Sacrário muito rico, e ainda não estreado; ao Santo Hospital tudo que se me estiver devendo, ou provenha de empréstimos, rendas, ou foros tanto da minha casa, como das minhas Igrejas; ao meu Reverendo Pároco se dará de oferta uma libra, a cada pobre, que me acompanhar ao Cemitério se dará um tostão.



Jazigo do Padre "Chiquito" (1790-1869)  
Santarém, Cemitério Municipal

6 - Deixo a cada uma das minhas criadas 40 libras, mas não poderão ser contempladas mais de duas, e a cada enfermeiro ou enfermeira se darão 10 libras, mas não poderão ser contemplados mais de 3.

7 - Possuo também alguns papéis de crédito, são - 47 acções do Banco de Portugal, 5 Inscrições de conto de reis cada uma, 25 Acções das Lezírias, todos estes papéis estão depositados no Banco, e mais 10 acções da Companhia de Fiação e Tecidos em casa da minha Comadre a Senhora Viúva Gameiro de Lisboa.

8 - Nomeio para meu herdeiro e testamenteiro o Senhor António Maria Gameiro Cardoso, peço-lhe venda em praça a minha terra grande em Alvisquer e com o seu produto mande fazer-me um mausoléu, na impossibilidade nomeio o Senhor Joaquim Tavares Ferreira Serrano, e ao que servir este encargo penoso, nomeio como em recompensa a casa da minha residência, com tudo que tem dentro, na impossibilidade do Senhor Cardoso, servirá o Senhor Serrano.

9 - Intendo que todo o homem nas minhas circunstâncias, isto é com alguns bens; e sem herdeiros obrigados, deve lembrar-se de melhorar a sorte dos pobres, o que faço da maneira seguinte. Deixo ao Monte- Pio Nossa Senhora da Conceição, a que tenho a honra de pertencer 4 acções do Banco de Portugal; e a todo o Homem Oficial (ofício mecânico) desta Vila, que completar 65 anos, que juntar atestado de pobreza, bom comportamento, e assiduidade ao trabalho, enquanto poudo, passado pelo seu Reverendo Pároco respectivo, se abonarão da minha fazenda doze vintens diários, enquanto viver, e se não houverem tantos nestas circunstâncias, que absorvam os rendimentos o que restar será aplicado no Asilo, que está em projecto para esta Vila; mas logo que appareça official mecânico nas circunstâncias, receberá os seus doze vintens diários, confio os cumprimentos destas minuciosas determinações, das senhoras Autoridades, a que pertencer por Lei, e vou tranquilo.

10 - Desta sorte dou por concluído o meu testamento, e ultima vontade, e rogo ás autoridades constituídas, a quem competir o cumpram e façam cumprir com que nele se contem.

Santarém, aos 12 de Novembro de 1867. O Prior Francisco Nunes da Silva"

(Arquivo Nacional Torre do Tombo, transcrito pelo Dr. Rocha Souto)



## Notas

- <sup>1</sup> *Le Dieu caché*, Paris, Galimard, 1959, p. 27.
- <sup>2</sup> Com base na tradição oral, 'Chiquito' teria sido uma alcunha herdada do pai, sapateiro de profissão,, conhecido por se dedicar à manufatura de sapatos de criança - os 'chiquitos'.
- <sup>3</sup> Para um melhor entendimento desta perspectiva veja-se: João Carlos Brigola, *O Padre Francisco Nunes da Silva (1790-1869) nas origens do movimento operário de Santarém*, Santarém, CMS, 1989; e *idem*, "Maçonaria e Estado Novo em Santarém - uma hipótese de interpretação", in *Semanário O Ribatejo*, 29 de Abril 1992.
- <sup>4</sup> Cfr. *Testamento cerrado (12 de Novembro de 1867)*, Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) "2. Rogo por Caridade à minha Respeitável Irmandade dos Clérigos Pobres se encarregue do meu enterro (...) peço ao Irmão Mordomo por muito favor mande dizer missas que estiverem por derrisar no livro da Irmandade (...) pela minha alma, de meu Pai, de minha Mãe e das minhas três Irmãs religiosas".
- <sup>5</sup> Cfr. A.D. de Castro e Sousa, *Memoria Historica sobre a fundação e instituição do Real Collegio da Invocação de Nossa Senhora da Conceição*, Lisboa, Typographia de Castro e Irmão, 1858, p. 10; e José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos nos sucessivos reinados da Monarquia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, t. II, 1872.
- <sup>6</sup> Cfr. A.D. de Castro e Sousa, *ob. cit.*, 1858, p. 12.
- <sup>7</sup> "Resenha dos Mestres, que houve no Real Collegio do Patriarchado desde o anno de 1793 até 1834", in A.D. de Castro e Sousa, *ob. cit.*, 1858, pp. 11-12.
- <sup>8</sup> "Em um leilão, há pouco feito n'esta cidade, da mobília que fôra d'um padre chamado Francisco Nunes, vulgo Chiquito, encontraram-se muitos livros pertencentes à Bibliotheca do Seminário, que de certo lhe foram vendidos por quem os subtrahira" (Manuel Xavier Pinto Homem, *Relatório Geral da Administração do Seminário Patriarcal em Santarém*, Coimbra, Imprensa Litterária, 1880, p. 27).
- <sup>9</sup> "Com as dissensões políticas, o Seminário de Santarém entrou numa grave crise em 1829, até que de todo foi abandonado em 1834" (Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Civilização, vol. III, 2ª ed., 1970, p. 372).
- <sup>10</sup> 22 de Maio de 1926.
- <sup>11</sup> Cfr. *Livro Misto (n.º 2) da Freguesia de S. Julião de Santarém (1750 a 1844)*, ANTT.
- <sup>12</sup> Cfr. *Livro de Baptismo (n.ºs 3 e 4) das Freguesias de S. Lourenço e de S. Julião (1804 a 1852)*, ANTT.
- <sup>13</sup> Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, "A população de Santarém de 1740 a 1950", *Ribatejo*, n.º 5, 2ª série, Setembro 1954.
- <sup>14</sup> Sobre a origem do nome 'Pereiro' atribuído a este bairro de Santarém, deixamos registadas duas versões: a de A. Areosa Feio, que segue a tradição, e a de Maria Ângela Beirante, que faz a sua crítica com base em fontes históricas medievais: "No Monte dos Capuchos, tiveram os Duques de Bragança, no terreno que pertencera à Condessa D. Brites Pereira, filha de Nun'Álvares Pereira e mulher do primeiro portador daquele título, D. Afonso, filho de D. João I. O Monte, chamado, assim, da Pereira e depois simplesmente Pereiro, tomou o seu actual nome, que passou ao cemitério, do Convento de frades arrábidos conhecidos por Capuchos de St.º António, fundado ali em 1590" (A. Areosa Feio, *Santarém, Princesa das nossas vilas*, Santarém, J. Cardoso da Silva, 1929); "A partir de 1338, achamos a referência ao Pereiro, à rua do Pereiro e ao arco do Pereiro. Estas informações vêm alterar a explicação que tradicionalmente é aduzida para justificação do nome de Pereiro dado ao bairro do extremo sul da vila. Para a maioria dos estudiosos sobre Santarém, este topónimo teria tido a sua origem no apelido de D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira, que casou com o filho bastardo de D. João I, D. Afonso, Conde de Barcelos e fundador da Casa de Bragança. É impossível manter esta explicação tradicional, visto que o nome de Pereiro já estava consagrado muito antes de D. Beatriz ter nascido" (Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 86-87).
- <sup>15</sup> Cfr. Costa Goodolphim, *A associação*, Lisboa, Seara Nova, 2ª edição (1ª edição, Imprensa Nacional, 1876), 1974, p. 181; e *Estatutos da Sociedade denominada Monte-Pio de N.º S.ª da Conceição de Santarém*, Lisboa, 1859, p. 6. A primeira Direcção tinha a seguinte constituição: Luís de Sá Pereira, Presidente; Francisco Joaquim de Faria, Vice-Presidente; José Maria d'Aguiar Júnior e José Faustino do Carmo, Secretários; Firmino de Paula Barradas, Tesoureiro; Manoel Pedro Petrone, Pedro Marques de Miranda, Constantino António Duarte e Manuel Ribeiro Pinto, Vogais.
- <sup>16</sup> Cfr. *Livro de Óbitos de Marvila (1851-1872)*, fls. 41 e 41 v, Assento n.º 2, 1869, Arquivo Distrital de Santarém.
- <sup>17</sup> Cfr. Domingos da Cruz, *A Mutualidade em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 13.
- <sup>18</sup> "A perda da hegemonia da Igreja saldara-se fundamentalmente por uma crescente desacralização da sociedade civil e do poder político e uma implícita profanização ou secularização da vida social" (Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 41).
- <sup>19</sup> Cfr. *Estatutos da Sociedade...* Capítulo VII, Artigo 51: "A eleição da Direcção nunca será válida, sem que na mesma direcção entrem seis artistas". O Montepio Artístico tinha uma Orquestra, a 'Filarmónica Marcial dos Artistas' (Cfr. Jorge Custódio, "As linhas de força da história social de Santarém no séc. XIX", in *Santarém - a cidade e os homens*, Santarém, Junta Distrital de Santarém, 1977, p. 44).
- <sup>20</sup> Cfr. *Estatutos da Sociedade...*, pp. 5-6.
- <sup>21</sup> Cfr. J. F. de Almeida Policarpo, *O pensamento social do grupo católico de 'A Palavra' (1872-1913)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, p. 63.

- <sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.
- <sup>23</sup> Cfr. Costa Goodolphim, *ob. cit.*, p. 181.
- <sup>24</sup> Cfr. Prefácio de César de Oliveira a Costa Goodolphim, *ob. cit.*, pp. 17-18.
- <sup>25</sup> Vide a transcrição que dele deixamos no final deste texto.
- <sup>26</sup> Cfr. *Codicilo ao Testamento*, 25 de Dezembro de 1868, ANTT.
- <sup>27</sup> Após a Convenção de Évora Monte, Joaquim António de Aguiar fez publicar, em finais de Maio de 1834, o famoso decreto da extinção e expropriação das ordens religiosas em Portugal. A nosso ver, este facto poderá ter contribuído para que os tradicionais 'bens de mão morta', deixados a instituições religiosas fossem, a partir de então, para mãos mais 'seguras', ao abrigo de expropriação. Mantinha-se, todavia, o espírito religioso, já que o contemplado era membro do Clero secular.
- <sup>28</sup> Trata-se do Azylo de Sto. António. Em 15 de Fevereiro de 1867, constituiu-se uma Comissão, nomeada por Alvará do Governador Civil de Santarém, "a fim de promover a criação de um azylo de órfãos nesta villa". Foi fundado oficialmente em 1872.
- <sup>29</sup> Cfr. *Livro de Registro e Ref legatários do Reverendo Fra* Arquivo do Lar de St. ° A *Ribatejo*, 7 de Dezembro de 1
- <sup>30</sup> "Pelo Estatuto aprovado em constituem o 'Fundo do Azylo' criado por D. Antónia Genoveira. O legado deixado pelo vigário-geral e paroco de Marvila, António Joaquim Martins; 3.º O legado deixado pelo Comendador Silvério Alves da Cunha; 5.º O legado deixado por Pedro António Monteiro; 6.º O legado deixado por Pedro Augusto de Carvalho" (*Correio do Ribatejo*, 15 de Junho de 1984). O Azylo tomou a designação de Lar de St. ° António, a partir do ano de 1964. Actualmente, as mensalidades são pagas com os juros provenientes de uma conta a prazo na Caixa Geral de Depósitos.
- <sup>31</sup> Deliberação da Direcção do Lar, com data de 25 de Novembro de 1974 (Cfr. *Correio do Ribatejo*, 15 de Junho de 1984).
- <sup>32</sup> *Correio do Ribatejo*, 11 de Maio de 1984.
- <sup>33</sup> *Ensayos sobre sociología de la religión*, Madrid, Taurus, 1987, vol I.

- <sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p. 31.
- <sup>23</sup> Cfr. Costa Goodolphim, *ob. cit.*, p. 181.
- <sup>24</sup> Cfr. Prefácio de César de Oliveira e Costa Goodolphim, *ob. cit.*, pp. 17-18.
- <sup>25</sup> Vide a transcrição que dele deixamos no final deste texto.
- <sup>26</sup> Cfr. *Codicilo ao Testamento*, 25 de Dezembro de 1868, ANTT.
- <sup>27</sup> Após a Convenção de Évora Monte, Joaquim António de Aguiar fez publicar, em finais de Maio de 1834, o famoso decreto da extinção e expropriação das ordens religiosas em Portugal. A nosso ver, este facto poderá ter contribuído para que os tradicionais 'bens de mão morta', deixados a instituições religiosas fossem, a partir de então, para mãos mais 'seguras', ao abrigo de expropriação. Mantinha-se, todavia, o espírito religioso, já que o contemplado era membro do Clero secular.
- <sup>28</sup> Trata-se do Azylo de Sto. António. Em 15 de Fevereiro de 1867, constituiu-se uma Comissão, nomeada por Alvará do Governador Civil de Santarém, "a fim de promover a criação de um azylo de órfãos nesta villa". Foi fundado oficialmente em 1872.
- <sup>29</sup> Cfr. *Livro de Registro e Referências respeitantes aos legatários do Reverendo Francisco Nunes da Silva*, Arquivo do Lar de St. ° António; e *Correio do Ribatejo*, 7 de Dezembro de 1968.
- <sup>30</sup> "Pelo Estatuto aprovado em 3 de Março de 1904 constituem o 'Fundo do Azylo': 1.° o legado deixado por D. Antónia Genoveva da Costa Garcia; 2.° O legado deixado pelo vigário-geral e pároco de Marvila, António Joaquim Martins; 3.° O legado deixado pelo Comendador Silvério Alves da Cunha; 5.° O legado deixado por Pedro António Monteiro; 6.° O legado deixado por Pedro Augusto de Carvalho" (*Correio do Ribatejo*, 15 de Junho de 1984). O Azylo tomou a designação de Lar de St. ° António, a partir do ano de 1964. Actualmente, as mensalidades são pagas com os juros provenientes de uma conta a prazo na Caixa Geral de Depósitos.
- <sup>31</sup> Deliberação da Direcção do Lar, com data de 25 de Novembro de 1974 (Cfr. *Correio do Ribatejo*, 15 de Junho de 1984).
- <sup>32</sup> *Correio do Ribatejo*, 11 de Maio de 1984.
- <sup>33</sup> *Ensayos sobre sociología de la religión*, Madrid, Taurus, 1987, vol I.